



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 04/2013

- 75 -
António José Ascensão Fraga
José Manuel Custódia Biscaia
José Manuel Saraiva Cardoso
Marco Alexandre Lucas Veiga

-----Ata da reunião ordinária realizada aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.-----

-----Aos vinte sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara, António José Ascensão Fraga, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, não estava presente, por se encontrar em serviço na Bolsa de Turismo de Lisboa 2013, falta que foi considerada justificada.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação da ata da reunião anterior.**
2. **Intervenção do público**
3. **Período Antes da Ordem do Dia.**
4. **Ordem do Dia**
 - 4.1. **Pedido de apoio, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para ajudar na realização do ASESTRELA.**
 - 4.2. **Pedido de apoio pecuniário, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para a realização do *trekking* Norsudeste – a Estrela de lés a lés.**
 - 4.3. **Conhecimento dos atos praticados constantes na informação nº 22/2013/ABS.P, datada de 21 de fevereiro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições.**

5. **Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências.**

Aprovação da ata da reunião anterior.-----

-----Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

Intervenção do público.-----

-----Não houve público a fim de intervir.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vice-Presidente começou por expor que o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com o Senhor Ministro da Administração Interna, na sexta-feira passada na Guarda. O Senhor Presidente foi recebido com amabilidade, educação e recetividade pelo senhor Ministro. Foi ouvido tendo o Senhor Presidente transmitido as preocupações do Município quanto à EN338 pelo que se aguardam no futuro, melhores resultados, apesar de não terem sido feitas quaisquer promessas.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que lhe chegou a informação de que haveria concessões da Câmara Municipal, designadamente do SkiParque e do Bar do Jardim, que teriam o pagamento de rendas em atraso. Entende que é preocupante.-----

Continuou dizendo que também foi informado que o bar, que esteve no recinto da Expo Estrela, não teria em dia o pagamento das rendas. Porventura, essa era uma das condições obrigatórias para que estivesse presente, como expositor, pelo que solicitou informações acerca disto. -----

Prosseguiu dizendo que, lendo a ata da última Assembleia, viu que a intervenção do Senhor Presidente está correta no sentido do objetivo mas, parece-lhe que em termos do que é afirmado, não corresponde (a propósito da cartografia que deveria estar homologada e não está). A intervenção do Senhor Presidente leva a esta interpretação "*...perante este sobrecusto e todo o processo, o Presidente da Câmara viu-se obrigado e, já despachou a abertura do inquérito administrativo do processo, para se perceber como é que as coisas aconteceram....*".

Não é verdade esta situação porque, quem suscitou à Câmara o apuramento da verdade até às últimas consequências foi o Senhor Vereador Cardoso. Ele disse que, perante as circunstâncias e havendo este tipo de discrepâncias relativamente à homologação, deveria ser levantado o competente processo interno para o efeito, o mais depressa possível a fim de se apurarem as circunstâncias em que tal aconteceu: o dinheiro que se gastou e, as circunstâncias que estão internalizadas no próprio processo, como seja o levantamento das garantias relativamente a esta matéria.-----

Continuou dizendo que, noutra intervenção o Senhor Presidente diz o seguinte: que o turismo cresceu e que no Concelho há registos no Posto de Turismo, no Parque Natural e até na Câmara que confirmam esta realidade. Fica satisfeito que assim seja. Todavia, não tem dados objetivos que justifiquem este tipo de informação. Se existem dados, tal como foi dito e, se estiverem disponíveis, solicita que lhe sejam presentes. -----

Prosseguiu referindo que, na informação do Senhor Presidente, à Assembleia, é dito que foi feita a entrega do processo de delimitação da REN, na Comissão Nacional de Reserva Ecológica. Esta matéria também mereceu, da parte dos Senhores Vereadores da oposição, uma intervenção no sentido de se ver, em definitivo, o que é que aconteceria com a REN e a delimitação da REN. Na altura, foi-lhe transmitido que estava em conformidade com os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 77 -

António
António
António

elementos que já havia da Proteção Civil e dos Serviços de Florestas, mas foi suscitado um conjunto de questões e, quer saber se foram tidas em conta nesta informação e, na entrega do processo de delimitação. Crê que há fortes reservas relativamente a este documento.-----

Continuou dizendo que a arquiteta, em serviço da Câmara Municipal, disse que já tinha sido enviado todavia, poderia corrigir-se a REN: as áreas junto ao rio, são aquelas em que há que ter mais cuidado. De seguida, solicitou que lhe fosse facultado o tipo de documento que foi entregue à Comissão Nacional da Reserva Ecológica.-----

Relativamente aos programas PERID e PAPF, foi-lhe dito que estão em execução os dos anos anteriores: os processos de 2012, foram aprovados em 2012 (foi a informação dada pelo Senhor Vereador Marco Veiga). Foi-lhe transmitido que tinham entrado menos candidaturas, que estavam em avaliação e que teriam sido aprovadas, como é lógico, em 2012. Contudo, dizem-lhe, agora, que os processos PERID's e PAPF's de 2012 estão, agora, aprovados e que até irão ser apresentados no dia 04 de março, no Feriado Municipal. Entende que há qualquer coisa que não está bem: eles foram aprovados em 2012 e deveria ter sido dada a ordem para avançarem durante o ano de 2012. A menos que houvesse alguma situação que impedisse isso. Se lhe disserem que não havia possibilidade de fazer o compromisso e o cabimento das matérias, entende que está tudo bem. Contudo, nada disso foi dito. O que foi dito, na informação do Senhor Presidente, é que estão em execução as obras, dos anos anteriores do PERID e PAPF e, aprovados os de 2012. Por conseguinte, solicitou que o esclarecessem sobre esta questão. ---

Continuou dizendo que também ficou a saber que, no ano de 2012 para 2013, um conjunto de pessoas, cujos nomes (se fôr preciso apresentará), se deslocaram à Câmara para apresentar pedidos de PERID e, que lhes foi dito que estavam interrompidas as inscrições para poderem concorrer. Aceita, em termos de sistema, que poderia ser assim, porque havia muitos pedidos que ainda estavam pendentes de execução de obras e de outras coisas. Todavia, ninguém lhe disse que os de 2012, ainda não estavam aprovados e, foi referido que, se ainda há tantos pedidos por executar, concorda que não haja nova formulação de PERID'S para o ano de 2013 mas, para isso, é necessário alterar o regulamento. Portanto, os de 2012 estão a ser aprovados só em 2013 e, em 2012 para 2013, não foi permitida a apresentação de quaisquer candidaturas a este processo, não tendo havido alteração do regulamento, o que significa que há uma posição que lhe parece disfuncional na medida em que a Câmara, referiu que iria alterar o regulamento, no sentido de não haver novas candidaturas, porque há muitas que estão aprovadas e reportadas a 2012. Pelos vistos, ainda nem estavam aprovadas, só foram aprovadas agora em 2013, não se alterou o regulamento e, impediram-se as pessoas de entregar as candidaturas, pelo solicitou que o esclarecessem sobre esta matéria. Também lhe foi transmitido e, está em



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ata, que foram aprovadas sessenta, setenta ou oitenta candidaturas, e que tinha demorado muito tempo porque havia questões a ultrapassar. -----

Finalizou este assunto dizendo que tinha nomes de pessoas, que se dirigiram à Câmara a fim de se candidatarem e, não foi permitido que isso acontecesse. -----

Relativamente à Fábrica do Rio, consta igualmente da informação à Assembleia Municipal que está a concurso, a segunda fase. Contudo, que saiba, não há nenhuma segunda fase em processo de concurso. Portanto, solicitou que o informem sobre esta matéria, porque entende que o documento, que foi proposto à Câmara, era um documento base de trabalho e, não estava identificado nesse documento, o que se pretendia, em concreto, relativamente a equipamentos, à instalação, a software e hardware. Por conseguinte, não corresponde à verdade que haja uma segunda fase de concurso em marcha. -----

De seguida, solicitou que fosse transmitido, ao Senhor Presidente, que dos processos judiciais (e são muitos) seis ou sete dizem respeito às dívidas da Câmara para com a Águas do Zêzere e Coa e, estarão em injunção de acordo com o que lhe é dito. Um dos processos da informação diz qual é a verba que está em injunção. Dos outros, nada diz do valor da injunção. -----

Continuou solicitando que, na informação dos documentos de processos em contencioso, a apresentar à Assembleia, conste a data em que foram remetidos para contencioso e sistema judicial e, qual é o valor que reporta a cada um deles. Caso contrário, fica-se com seis processos de injunção da Águas do Zêzere e Coa contra a Câmara e não se sabe qual é o valor que reporta. -----

Prosseguiu dizendo que lhe foi dito, pelo Senhor Vereador Marco Veiga, que tinha ordenado que dois *dossiers*, dos que tinha solicitado que lhe fossem entregues. De facto, já os recebeu. Todavia, renova um pedido de informação (que já tinha efetuado) relacionado com o PERID e PAFP: qual o número de candidaturas aprovadas, quais os montantes aprovados, se havia compromisso relativamente aos processos que tinham sido aprovados, quais são as candidaturas que estão em curso e em obra, quais as candidaturas que estavam paradas e quais os motivos por que estavam paradas. Entende que existe, relativamente às candidaturas de 2012, um ano de atraso pois se foram aprovadas, deveriam ter autorização para iniciar as obras. -----

Relativamente ao ninho de empresas e ao Centro de Interpretação, ainda não teve oportunidade de ver os *dossiers* que foram colocados no seu gabinete, no dia de hoje. -----

Também solicitou que lhe fosse presente, havendo um estudo técnico da Geoestrutural (desconhece se também foi incluído nos documentos que lhe foram entregues), do Centro de Energias Renováveis, porque admite que será com este estudo técnico, que se irá abrir o concurso da segunda fase da Fábrica do Rio. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

79 -
António
J. J.
A.

Continuou dizendo que, de acordo com os documentos que lhe foram fornecidos, relativamente à auditora externa da Câmara Municipal, as dívidas de fornecedores da Conta Corrente aos fornecedores do imobilizado, na altura em que ela teria produzido o relatório em outubro de 2012 (que só lhe foi entregue em janeiro, desconhece se, também, foi entregue à Assembleia Municipal, visto que esta deve ser a recetora deste documento), que era de três milhões cento e quarenta e três mil cento e vinte e oito euros (€ 3.143.128,00), e que o endividamento líquido era, ao tempo, de quatro milhões duzentos e cinquenta e dois mil e cento e dezasseis euros (€ 4.252.116,00) e que, o excesso do endividamento era de oitocentos e quarenta e dois mil, trezentos e dezanove euros (€ 842.319,00). Continuou dizendo que o Senhor Presidente lhe terá dito, que vinha esta diferença e este processo de endividamento acima do devido, porque teria havido uma redução da capacidade de endividamento, por força da legislação que, entretanto, foi determinada pelo Governo. O facto é que o endividamento líquido, em 30 de junho, era de quatro milhões duzentos e cinquenta e dois mil e cento e dezasseis euros (€ 4.252.116,00).-----

Prosseguiu dizendo que, na última reunião, colocou uma questão relativa às despesas de representação dos chefes de divisão da Câmara Municipal, tendo a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral dito, que resultava diretamente da imputação da lei sobre essa circunstância e que seria efetuada uma investigação, pelo que aguarda que lhe seja presente o resultado da mesma. -----

Continuou solicitando para que, tanto quanto possível, na próxima reunião, lhe seja presente uma informação sobre como está o inquérito relativo à cartografia, para a qual todos têm de aportar a máxima das verdades. -----

Relativamente à devolução do equivalente do IRS, compromisso assumido pelo Senhor Presidente, que já se debate há cerca de dois anos e, tendo sido dito pelo Senhor Presidente, que o Gabinete Jurídico estava comprometido com muitos trabalhos de alta prioridade todavia, solicitou que conste da próxima Ordem do Dia e, que alguém, designadamente a jurista, venha informar sobre como está o assunto. Continuou dizendo que foi feita uma proposta concreta de aditamento ao Regulamento de Fixação de Pessoas e Apoios à Natalidade e Casamento, em que poderia caber este assunto. Parece-lhe que, ou alguém está a fugir à responsabilidade das afirmações que foram produzidas (em que haveria uma devolução ao equivalente à verba não deduzida do IRS) ou, estando já em 2013, este assunto tem de ser resolvido, nem que seja para se dizer que há incompatibilidade processual. Por conseguinte, solicitou que o mesmo seja agendado para a próxima reunião de Câmara. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que teve a oportunidade de, na última Assembleia Municipal, dar nota ao Senhor Presidente da Assembleia e, entende que a Câmara também o deve recomendar pois, já não é a primeira vez que a única documentação



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que recebe, da Assembleia Municipal, é um officio acompanhado de uma convocatória. Não há ata, não há informação da Assembleia, não há lista de devedores, não há absolutamente nada. O Senhor Presidente fez o favor de lhe emprestar alguma documentação anexa, muito embora não fosse aquela que mais pretendia.-----

Em relação à dívida de curto prazo, que é distribuída na Assembleia Municipal, o mínimo que pode dizer daquela listagem, é que aquilo é uma fraude. Continuou dizendo que, isto leva o Senhor Presidente da Assembleia a regozijar-se (também teria esse contentamento) porque a dívida já vai em montantes quase irrisórios, quando se sabe, que a dívida é quatro ou cinco vezes superior àquilo que vem na listagem, que é apresentada aos membros da Assembleia. O endividamento de curto prazo é aquela listagem, mais os acordos de pagamento e, vai-se verificar na Assembleia Municipal, quando se aprovarem as contas da Câmara que, de facto, aquela listagem não corresponde, absolutamente, com nada do endividamento de curto prazo da Câmara Municipal. Entende que, alguém, anda a tentar enganar outros. Desconhece com que finalidade, porque se vai verificar em abril, na aprovação das contas, que nada corresponde à verdade.-----

Continuou dizendo que, o que aconteceu com o PERID é duplamente grave. Primeiro, há uma suspensão irregular e ilegal do funcionamento do Regulamento Municipal, em 2010, que não aceitou candidaturas. Em 2011, são aceites as candidaturas e, demoram um ano a serem analisadas, para serem apresentadas em 2013. Quer dizer, que se suspendeu o PERID durante dois anos. E, visto que já se está no mês de fevereiro, os primeiros pagamentos já vão ocorrer depois do primeiro semestre. Portanto, são no mínimo, dois anos e meio. Por consequência, os cinquenta PERID's aprovados em 2011, que em 2012 estiveram a ser analisados, dos duzentos e setenta mil euros (€ 270.000,00), serão já pagos, a maior parte deles, em 2014. Significa que estiveram três anos os PERID parados, sem qualquer justificação e, à margem do que é legal. --
Prosseguiu dizendo que, numa Assembleia Municipal anterior, foi dada nota do concurso público para o equipamento da Fábrica do Rio. Era sua convicção e, crê que todos pensavam assim, que a Fábrica do Rio, com o Centro de Demonstração de Energias Renováveis, era a obra prioritária deste mandato. Era a que tinha mais volume financeiro, a que tinha garantias de financiamento com fundos comunitários. Depois, ficou completamente desconcertado com uma obra, para a qual se fez um concurso público urgente, de quarenta e oito horas, porque era prioritária e urgente. É evidente que a Câmara ficou logo em desvantagem, pois já se sabia que se iria ter uma ou duas empresas (aquelas que tinham sido contactadas pela Câmara, previamente, para prepararem o programa de concurso) portanto, ficou mais oneroso. Houve condescendência porque era uma obra prioritária e urgente. No entanto, não vai haver dinheiro para o equipamento da Fábrica do Rio. Fazem-se as infraestruturas e o equipamento não vai



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 81 -

Amândio
Jul
A

existir. O concurso público foi presente a reunião de Câmara, mas "não tem pés, nem cabeça" e, a obra prioritária e emblemática deste mandato vai ficar a meio, ainda sem se saber qual a solução para o equipamento daquela unidade. -----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que há questões às quais o Senhor Presidente responderá na próxima sessão, ou por escrito. -----

No que diz respeito ao bar do jardim havia, de facto, um atraso de pagamentos. No entanto, foi elaborado um plano de pagamentos, que está a ser cumprido. Depois disso, não tem conhecimento de qualquer outro atraso.-----

Quanto às concessões do Skiparque, o Senhor Presidente informará melhor. -----

No que toca a ata da Assembleia Municipal, recorda-se das intervenções dos Senhores Vereadores.-----

-----A Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral esclareceu que, relativamente ao Skiparque, analisou o contrato (feito pelo oficial público) e verificou que tem um prazo, até junho deste ano, para pagar as prestações. Portanto, ainda não há dívida. A partir de junho é que passa a existir dívida. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou sobre quando é que foi feito o plano de pagamentos para o bar.-----

-----A Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral respondeu que foi em fevereiro.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que significava, que o candidato não poderia ser admitido na Expo Estrela, de acordo com as regras. -----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que, não sabia dizer com precisão a data, mas já estava feito o plano de pagamentos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que a inscrição deve ter sido efetuada antes de fevereiro. -----

-----A Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral esclareceu que não se tratou de uma inscrição, mas de uma hasta pública. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que um candidato pode concorrer a uma hasta pública mas, se tiver dívidas com a Câmara, é eliminado. Por consequência, solicitou que esta situação seja esclarecida. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, relativamente ao Skiparque, recebeu um documento da Câmara em que estava inscrita uma verba de 2010, de incentivo à criação de postos de trabalho e, também a Câmara não a tinha pago. Continuou evocando que o Senhor Presidente, uma vez, disse que iria haver um encontro de contas, porque havia dívidas de um lado e do outro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que solicitará, ao Senhor Presidente, para que preste, se possível, os esclarecimentos necessários quanto a esta questão.-----

No que se refere à Reserva Ecológica Nacional (REN), sobre se o documento acolhia as sugestões, de momento, não dispõe da informação para dar.-----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga referiu que poderá ter havido um lapso na informação do Senhor Presidente porque, efetivamente, as candidaturas que estão aprovadas, são as de 2012 e, quando foi concluído o processo, foram presentes a reunião de Câmara essas candidaturas. As pessoas foram notificadas e decorrem, neste momento, os processos e as reuniões.-----

Continuou dizendo que, relativamente às outras questões colocadas sobre os PERID's, está-se a efetuar um apanhado mais detalhado, que poderá ser apresentado em reunião de Câmara, assim como a alteração ao regulamento.-----

No que toca a segunda fase da Fábrica do Rio referiu que, como disse o Senhor Vereador "...que estava em concurso...". Contudo, não está em concurso. Está na fase em que estava quando foi presente. Não houve mais evolução nesse processo, portanto, deve haver uma gralha, também.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia leu a informação que foi presente na sessão da Assembleia Municipal quanto aos processos em tribunal e, referiu que não é mencionado qualquer tipo de valor na mesma, pelo que, quem recebe esta informação na Assembleia, nunca saberá (salvo os Vereadores) qual é a dívida exigida e impugnada. Continuou dizendo que, como se sabe, à Câmara foi aplicada uma coima, contestada e bem, no tribunal, no valor de setenta mil euros. Entende que esta coima é absurda quer pelos factos, quer pelo valor. Mais disse que é importante saber quais são os valores das impugnações e das injunções dos processos em curso, quer da Câmara para com a AZC, quer da AZC para com a Câmara e qual o valor de provisões para encargos e outros riscos dos processos.-----

Prosseguiu dizendo que, admitindo que a Câmara ganhe a causa relativamente à Fonte Paulo Luís Martins (a água que é fornecida à AZC), a Câmara terá para cima de um milhão de euros em dívida direta à AZC, para águas e efluentes. Esta é a sua suposição que gostaria de ver retratada num documento que solicita, lhe seja apresentado.-----

----- A Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral esclareceu que, relativamente à questão das despesas de representação, está a elaborar a informação, que está em fase e finalização. Foi efetuado um historial desde 1999 e, a informação será presente na próxima reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to read 'Antonio Regal'.

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que, relativamente à questão do IRS, transmitirá ao Senhor Presidente que, o Senhor Vereador solicitou que o assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara ou, que a jurista da Câmara faça uma análise da situação.-----

Continuou dizendo que, relativamente ao exposto pelo Senhor Vereador Cardoso, no que toca à convocatória para a Assembleia Municipal e apesar de não ser o responsável pelo seu funcionamento, lamenta o que sucedeu.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, hoje em dia, não há dificuldades em digitalizar os documentos e remetê-los por *e-mail* e, não ficam dependentes dos atrasos que, às vezes, acontecem na distribuição do correio. Este método é mais prático e mais económico.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que, quando o Senhor Vereador Cardoso diz que, a informação apresentada na Assembleia Municipal, referente à dívida de curto prazo, é uma fraude, entende que será a interpretação do Senhor Vereador porque, nada garante que ela não possa aumentar, no intervalo que decorre entre o dia da remessa da convocatória e o próprio dia da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso reiterou que a informação apresentada, não é a dívida de curto prazo e, não corresponde à verdade. De seguida, questionou sobre onde está mencionado o acordo de pagamento celebrado com os CTT, no valor de cem mil euros? Onde está um milhão de euros da AZC? Onde estão os contratos de *factoring* e de *leasing*? Tudo isso é dívida de curto prazo, que deve constar do mapa. Em abril, na apresentação das contas, vai confrontar os valores descritos nas contas, com os valores apresentados na informação. Entende que, o que foi apresentado, não corresponde à verdade, pois a dívida de curto prazo será quatro ou cinco vezes mais, do que o que está referido na informação.-----

-----O Senhor Vice-Presidente evocou que, na véspera do Executivo atual tomar posse, em conversa com o anterior Executivo, o Senhor Presidente foi informado que havia uma dívida de um valor e, depois da posse, verificou-se que havia faturas que tinham ficado na gaveta, em *stand by* (desconhecendo o motivo para tal) e que deveriam ter sido registadas. De seguida, recordou que uma só fatura, era no valor de setecentos e onze mil euros.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a história das faturas na gaveta já era anedota. No que toca a dívida de curto prazo, tinha ficado cento e trinta mil euros e agora, são cerca de três milhões de euros.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que seriam as constatações do Senhor Vereador e, cada um é responsável por aquilo que diz, mas as faturas deviam ser registadas logo à entrada, sendo essa é uma fraude lamentável.-----

Ordem do Dia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Pedido de apoio, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para ajudar na realização do ASESTRELA. -----

----- Foi presente o pedido de apoio, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para ajudar na realização do ASESTRELA. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não se pode admitir a linguagem, que consta da carta da Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela (ASE). ----- De seguida, leu o segundo parágrafo da carta e disse que acha que a linguagem empregue é criticável visto que, provavelmente, se está a falar dos Baldios, ou da Junta de Freguesia de São Pedro. Dirigir-se a uma instituição a solicitar um apoio, nestes termos, não é aceitável. Manda a boa educação que não se use este tipo de linguagem. É de opinião que os termos "...pequenez e incompetência..." podem ser ditos de outra maneira. Entende que pode ter havido alguma incompreensão, alguma situação que, se calhar, é censurável aos olhos da ASE e que, provavelmente, apoiaria se, se tivessem dirigido de outra maneira à Câmara Municipal. A linguagem é funesta e os políticos não devem cair no facilitismo de linguagens, mais ou menos, desabridas e populistas, sempre censuradas da sua parte. -----

Prosseguiu dizendo que concorda com a atribuição do apoio proposto e, recomenda que a organização do ASESTRELA encaminhe os participantes para Manteigas e, que façam com os seus visitantes, também, uma ação na Vila e, para a Vila. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que também não aprova o tipo de linguagem empregue na carta. Percebeu que houve um défice de diálogo entre os Baldios de São Pedro e os dirigentes da ASE. Independentemente das diferenças e, mesmo que tivesse de se optar pelo tipo de situação referida na carta, a linguagem deveria ter sido outra. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, se os Baldios concessionaram o espaço, onde é costume realizar-se o ASEstrela, a um particular, este, deixou de estar sob a administração dos Baldios, devendo a ASE negociar com o particular que está a explorar o espaço. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de € 800,00 (oitocentos euros) à Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para ajudar na realização do ASESTRELA. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Pedido de apoio pecuniário, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para a realização do *trekking* Norsudeste – a Estrela de lés a lés. -----

----- Foi presente o pedido de apoio pecuniário, formulado pela Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para a realização do *trekking* Norsudeste – a Estrela de lés a lés. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de € 200,00 (duzentos euros) à Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, para a realização do *trekking* Norsudeste – a Estrela de lés a lés.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Conhecimento dos atos praticados constantes na informação nº 22/2013/ABS.P, datada de 21 de fevereiro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições. -----

-----Foi presente a informação nº 22/2013/ABS.P, datada de 21 de fevereiro de 2013, referente à aquisição de serviços – requisições. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, como agora não há despesas que sejam feitas sem compromisso prévio, o Senhor Vice-Presidente já saberia dizer quanto é que custou a Expo Estrela 2013.-----

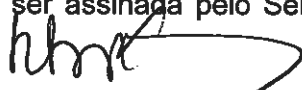
-----O Senhor Vice-Presidente referiu que não lhe poderia dizer o valor exato todavia, o valor que estava previsto, era de setenta e cinco mil e quinhentos euros (€ 75.500,00). Faltam alguns pormenores para se finalizar o apuramento das contas. Contudo, sabe dizer que não será ultrapassada a verba. -----


Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências. -----


-----Foi presente a relação número quatro, barra dois mil e treze dos atos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----


Finanças Municipais. -----

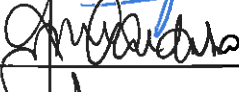
Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e vinte seis mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e vinte e três cêntimos (€ 226.644,23). -----

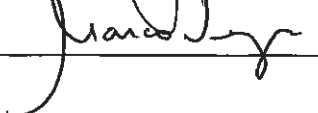
-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das quinze horas e cinquenta minutos, foi pelo Senhor Vice-Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----













CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

